



# Um olhar etnográfico sobre o mundo dos surdos: experiências compartilhadas de pesquisas do Núcleo de Antropologia Urbana

**César Augusto de Assis Silva** 

Doutor em Antropologia Social (USP), Pesquisador do NAU.

Email: cesaraugustonet@yahoo.com.br

**Cibele Assênsio Barbalho** 

Doutoranda em Antropologia Social (UNIFESP), Pesquisadora do NAU.

Email: cibele.assensio@gmail.com

## Resumo

O objetivo deste artigo é retomar a consolidação das pesquisas sobre surdez desenvolvidas no Núcleo de Antropologia Urbana da USP, sob coordenação do professor José Guilherme Magnani. O foco do texto foi sobretudo as etapas que compuseram o fazer etnográfico desse tema pouco pesquisados na Antropologia. Descrevemos as nossas primeiras experiências, desde um momento de completo desconhecimento e estranhamento diante de situações de incomunicabilidade com os surdos, até o modo como a partir das experiências partilhadas com nossos interlocutores ao longo dos anos, fomos elaborando leituras explicativas gerais sobre o tema. Como resultado, podemos afirmar que a partir de uma etnografia sistemática do mundo dos surdos consolidamos no NAU uma análise rigorosa da constituição da surdez afirmada como particularidade linguística e cultural, evidenciando tanto o seu aspecto normativo, quanto a heterogeneidade insistente das práticas sociais.

**Palavras-chave:** Surdez; Libras; Comunidade surda; Deficiência; Gestualidade.



# *An ethnographic look at the world of the deaf people: shared research experiences at the Núcleo de Antropologia Urbana*

## **Abstract**

The objective of this article is to resume the consolidation of research about deafness developed at the Núcleo de Antropologia Urbana at USP, under the coordination of professor José Guilherme Magnani. The focus of the text was mainly the steps that were parts of the ethnographic work of this topic that has been little researched in Anthropology. We described our first experiences, from a moment of complete ignorance and estrangement when faced with situations of incommunicability with deaf people, to the way in which, based on shared experiences with our interlocutors over the years, we developed general explanatory readings about the topic. As a result, we can state that, based on a systematic ethnography of the world of the deaf people, we have consolidated at NAU a rigorous analysis of the constitution of deafness affirmed as a linguistic and cultural particularity, highlighting both its normative aspect and the insistent heterogeneity of social practices.

**Keywords:** Deafness; Libras; Deaf community; Disability; Gestures.



Figura 1: Festa junina da Escola Municipal de Educação Bilíngue para Surdos Helen Keller (junho de 2023). Autora: Cibele Assêncio.

Aprender com o modo de acercamento que caracteriza o fazer etnográfico é, sem dúvida, traço marcante nas trajetórias daqueles que dividiram experiências de pesquisa no Núcleo de Antropologia Urbana com o professor José Guilherme Magnani. Não foi diferente para as pesquisas sobre surdez, que foram iniciadas há mais de duas décadas no Núcleo. Como um campo a princípio muito novo, que precisava ser identificado e categorizado desde as suas primeiras impressões, essa experiência nos possibilitou acessar uma sensibilidade que, de acordo com o que nos foi ensinado, precisava emergir no exercício da co-presença, da atenção vívida às realidades tanto do pesquisador quanto dos pesquisados. Nesse sentido, a surdez enquanto diferença fez presença de um certo modo nas relações de pesquisa e, assim, se mostrou como realidade do campo. Magnani soube descrever isso através de uma de suas experiências mais drásticas de pesquisa etnográfica com surdos:

Cada vez chegavam mais surdos, e eles sim se conheciam, formando grupinhos animados; divertiam-se muito, riam, comunicavam-se, enquanto eu permanecia absolutamente alheio, sem a menor chance não só de entender o que diziam, mas de estabelecer algum contato: sentia-me fora de seu foco visual, era percebido num relance e certamente classificado como de fora daquele *pedaço*, impossibilitado de integrar-me por não dominar o código de reconhecimento e comunicação. A situação de desconforto foi num crescendo até que, depois de quase três horas de isolamento, de silêncio, de não entender nada e de não poder participar, resolvi ir embora, absolutamente frustrado com essa experiência, tão diferente das duas anteriores (Magnani. 2012, p. 206).

Aproximar-se do campo da surdez, para quem não dominava o código dos interlocutores, significou algumas vezes tentativas frustradas de comunicação com os surdos que tinham seus espaços razoavelmente estabelecidos sob a marca da diferença linguística. Magnani, ao realizar etnografia em uma festa na Associação de Surdos de São Paulo, viu-se diante de uma língua que não entendia, estando impossibilitado de estabelecer qualquer forma de comunicação mais sistemática. Sentiu-se como um estrangeiro, ignorado por aqueles que estavam na posição confortável de pertencer àquele *pedaço*. Assim, o mesmo incômodo que se deu a partir da falta de comunicação e do isolamento, também comunicou algo e permitiu a ele um insight:

... chegando em casa e pondo em prática um dos procedimentos que costumo recomendar aos alunos após a volta do trabalho de campo, que é rever e passar a limpo as anotações do caderno, dei-me conta - e registrei, como dado relevante - que acontecera comigo a mesma coisa que ocorre com os surdos quando, minoritários, estão em ambiente dominado pelos ouvintes: são ignorados em sua diferença (Magnani. 2012, p. 206)

O isolamento ao qual Magnani se referiu em seu relato é algo que pode ocorrer em uma sala de aula, ou mesmo em família. Nessas ocasiões, geralmente ouvintes falam entre si em língua oral, apesar da presença da pessoa surda que não compreende completamente esse código. Ainda que a pessoa que não ouve seja hábil em leitura labial, o proliferar desordenado de bocas falantes num recinto não permite ao último jamais uma decifração precisa. De modo que geralmente a pessoa surda se sente isolada e excluída em meio aos ouvintes, como é comum relatarmos. Foi o que Magnani experimentou naquele evento, ao se ver num jogo de espelho com o outro, comum ao fazer antropológico.

## O começo dessa jornada

O interesse de Magnani por pesquisar a comunidade surda em São Paulo iniciou-se em 2001. Foi quando o professor Dr. Leland McCleary do Departamento de Letras Modernas da USP o convidou para participar de um grupo de pesquisa multidisciplinar denominado “Estudos da Comunidade Surda: língua, cultura e história”. A aproximação dos dois foi feita por Ana Maria Duckworth (da Secretaria de Cultura da Prefeitura de São Paulo), que foi aluna de ambos e atuava num projeto integrado entre a Escola do Futuro da USP e a Escola Municipal para Educação Especial Anne Sullivan, especializada em educação de surdos, hoje denominada Escola Municipal de Educação Bilíngue para Surdos (EMEBS Anne Sullivan).

O grupo de pesquisa *Estudos da comunidade surda* foi registrado no CNPq em 2002 e integrava três áreas: linguística, história e antropologia. Coube à área da Linguística a descrição e análise da *língua brasileira de sinais (libras)*. Para trabalharem nesse aspecto conjuntamente, McCleary convidou a professora Dra. Evani Viotti, do Departamento de Linguística da USP. Para pesquisar histórias de vida de pessoas surdas fez-se aproximação com o Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO), coordenado pelo professor Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy do Departamento de História da USP. Por sua vez, para compreender as dinâmicas culturais e identitárias da pouca conhecida comunidade surda, foi convidado o professor Magnani, do Departamento de Antropologia da USP. A notoriedade deste em

pesquisar o circuito de lazer de jovens na cidade de São Paulo ia ao encontro das necessidades de coletar, mapear e analisar dados sobre o grupo em questão.

De modo geral podemos afirmar que o *Estudos da comunidade surda* fundado por McCleary contou com a passagem de diversos pesquisadores da surdez/língua de sinais que posteriormente se tornaram referências em seus temas de pesquisa, com diversas publicações e investigações nos níveis de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Ao longo dos anos, a colaboração entre as áreas tornou-se irregular, mas a atuação independente delas tornou-se sistemática, com destaque para os pesquisadores da Linguística e da Antropologia.

Devido à coordenação de Magnani e à atuação de seus orientandos, os temas surdez, deficiência e língua de sinais, pouco pesquisados nas Ciências Sociais até então, se consolidaram como uma linha temática do Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana da USP. Tornando-se essa, no âmbito do NAU, mais uma experiência coletiva de pesquisa de campo, coleta de dados, leituras, discussões e publicações.

Quando começamos essa investigação coletiva, em 2002, reinava o nosso completo desconhecimento sobre a comunidade surda. Tudo era novo para nós. Além disso, Magnani e praticamente todos os seus orientandos que integraram essa pesquisa desconheciam a *língua brasileira de sinais (libras)*. O que lançou um grande desafio de ponto de partida, não muito comum na antropologia urbana: como pesquisar um meio cuja língua nativa não se domina e a modalidade de expressão é, inclusive, de outra ordem, visual-gestual, em vez de oral-auditiva? Como Magnani mesmo relatou, esse desconhecimento foi responsável por criar a condição clássica da pesquisa etnográfica, marcando assim uma primeira fase de pesquisa:

para quem é introduzido pela primeira vez num meio que lhe é estranho, tudo é significativo, nada pode ser previamente hierarquizado numa escala de valores entre o insignificante e o relevante: tudo é digno de observação e registro. Com o tempo, esta condição vai cedendo lugar a uma maior familiaridade com o meio, situação que apresenta ganhos (e perdas) específicos, mas em outra etapa da pesquisa (idem, p. 226).

Assim, nesse começo, por não ter material suficiente para identificar regularidades, hierarquias, estruturas persistentes, lógicas solidificadas, nos agarramos a pistas, indícios e nenhuma indagação foi considerada fora de propósito. Como exemplo, uma simples pergunta como “vai ter música na festa junina de surdos”? se tornou uma pista que levou posteriormente a uma questão política, revelando tensões no âmbito da escola especializada com relação ao modo de se conceber o evento e a hierarquia entre modos de comunicação, que por vezes reforçava a hegemonia da comunicação oral-auditiva, mas por outras também confrontava os modos pelos quais geralmente estamos acostumados a nos comunicar e a conceber os corpos da maioria das pessoas.

Pelas especificidades sensoriais com as quais nos deparamos quando em meio à comunidade surda, essa também se tornou uma etnografia atenta às percepções do corpo. Por exemplo, logo de início, ao frequentarmos mostras de cinema para surdos identificamos que não necessariamente havia silêncio durante a exibição de filmes, destoando do esperado. Na sala de exibição, pessoas surdas reagiam emitindo sons e conversavam com colegas ao lado de modo barulhento durante a sessão.

Contudo, de suas perspectivas, isso não atrapalhava em nada o entretenimento, já que percebiam o filme prioritariamente de maneira visual.

Magnani deu vazão às primeiras reflexões quando deixou-se afetar pelo fervilhar de mãos, numa espécie de frenética pantomima, de uma multidão em uma grande festa junina no Instituto Santa Teresinha, escola para surdos localizada no bairro da Saúde em São Paulo. De acordo com sua percepção, apesar de não ser um ambiente silencioso, havia uma disparidade entre a quantidade de pessoas e o barulho que deveria estar fazendo. Ele se interrogou se seria o efeito desse “mar de mãos” sobre um surdo o mesmo que o barulho de uma multidão exerce sobre um ouvinte.

Enquanto buscávamos identificar quais questões de pesquisa se tornavam mais relevantes no universo empírico ao qual tínhamos sido apresentados, também nos aprofundávamos nas interlocuções que permitiram entender os atores em seus próprios arranjos e, conseqüentemente, passamos a compreender certas nuances do campo de pesquisa.

## Adentrando no mundo dos surdos

No ano em que o NAU inicia sua pesquisa de campo coletiva nas festas juninas de escolas especiais de surdos, é o momento de redefinição do status da *língua brasileira de sinais (libras)* no Brasil. Em 24/04/2002 ela foi reconhecida como meio legal de expressão e comunicação oriundo das comunidades surdas, pela lei federal 10.436, deixando de ser essa forma de comunicação vista tão somente como “mímica” ou “gestos”, categorias que a nomeavam em décadas anteriores.

Desde o fim do século XIX e durante boa parte do XX, a política pedagógica (também entendida como filosofia educacional) denominada oralismo foi notavelmente hegemônica em diversos países que consolidavam durante aquele período instituições educacionais especializadas no ensino de surdos, a exemplo do Brasil, França<sup>1</sup> e Estados Unidos. As Resoluções internacionais do Congresso de Milão<sup>2</sup> são entendidas na literatura sobre o tema como fator que impulsionou em todo o mundo que os sinais fossem proibidos, banidos, perseguidos ou ao menos desincentivados nas escolas especializadas no ensino de surdos. Tendo sido a língua oral eleita como língua obrigatória para aquisição e estudo de conteúdos escolares, algo formalizado especificamente no Brasil em 1930, com o método oral puro (Rocha, 2007).

Foi somente nos anos 1960, com os trabalhos pioneiros do linguista norte-americano William Stokoe (1960) demonstrando os processos de estruturação fonológica na *American Sign Language* que esta ganhou o estatuto de língua, iniciando-se assim transformações no âmbito da educação de surdos, para a sua inclusão. No Brasil, foram os trabalhos da linguística Lucinda Ferreira Brito (UFRJ) nos anos

---

<sup>1</sup> Na França foi fundada em 1760 a primeira escola pública específica para surdos, a mais antiga do mundo, pelo religioso e educador Abade de l'Épée: o Institut National de Jeunes Sourds de Paris (INJS), que se mantém ativa até os dias atuais e, ao menos durante o século XIX influenciou instituições educacionais de outras partes do mundo, inclusive do Brasil, conforme atestam materiais iconográficos da educação de surdos brasileira (Sofiato; Reily, 2011).

<sup>2</sup> Nas narrativas que circulam na comunidade, é comum que o Congresso de Milão seja mencionado como evento educacional que marcou o início da proibição do uso dos sinais em instituições do mundo todo. Ao aprofundar as reflexões acerca desse episódio, Benvenuto (2010) explica que, na realidade, outro congresso, de otologia, realizado no mesmo ano teria fornecido as diretrizes legítimas da época para a educação de surdos.

1980 que iniciam a tradição que afirmou o estatuto de língua do que se denominava *língua de sinais das cidades brasileiras* (LSCB) ou *língua de sinais dos centros urbanos* (LSCU), posteriormente *libras*.

Como identificamos com nossas pesquisas no NAU (inclusive na tese de doutorado de César Assis Silva e a dissertação de mestrado de Cibele Assênsio), no Brasil, desde os anos 1980, com a emergência de trabalhos científicos que afirmavam o estatuto de língua da libras, se constituiu um amplo movimento social surdo que levou ao reconhecimento jurídico da libras em 2002 (Assis Silva, 2012; Assênsio, 2015; Brito, 2021). Além disso, em oposição a uma concepção médico-clínica em que a surdez é vista como falta a ser corrigida, desenhou-se uma concepção socioantropológica, em que ela é vista como particularidade linguística e cultural da comunidade surda. Nesse processo, categorias da etnicidade foram mobilizadas para a sua descrição e afirmação: “cultura”, “identidade”, “povo” e “comunidade”. A categoria “deficiência auditiva” passou a ser recusada internamente nessa rede e utilizada geralmente como meio de garantia de direitos na órbita do Estado.

Os primeiros anos das pesquisas que se desenvolveram no NAU tiveram seus desdobramentos e renderam novas questões. Nossas investigações, em especial Assis Silva (2012), também passaram a interrogar sobre a constituição e o funcionamento dessa nova configuração da surdez nas suas diferentes manifestações: a afirmação de uma particularidade linguística e cultural cada vez mais marcada em diversos âmbitos. Como desdobramento do reconhecimento da libras, desenhou-se a política pedagógica do bilinguismo para surdos, que confirmou o entendimento da libras como a primeira língua (L1), por ser considerada a língua natural das pessoas surdas, bem como a língua portuguesa na condição de segunda língua (L2) na modalidade escrita, desautorizando no âmbito escolar o oralismo.

A prática etnográfica, para os pesquisadores que seguiram no tema, envolveu um aprofundamento no aprendizado da libras e na convivência em espaços da comunidade surda. Premissa básica do fazer antropológico, o aprendizado da língua utilizada entre os interlocutores também permitiu lidar com as diferenciações por conta da audição sob outras perspectivas, revelando mais camadas da realidade empírica. Por exemplo, como tem desenvolvido atualmente Cibele Assênsio em seu doutorado, perceber, na prática, fronteiras que se desenham ou se confundem entre o uso do português, da libras e de gestualidades mais amplas ou divergentes das normatizadas. Ou ainda, compreender as relações entre o ouvir e o não ouvir na perspectiva de quem já tem a modalidade gestual-visual de comunicação mais internalizada. Ou seja, de modo diferente das primeiras impressões que faziam surgir para o pesquisador um mar de mãos sem necessariamente algum entendimento linguístico. Ademais, a maior convivência também permitiu analisar diferenças contrastivas para além de uma dicotomia homogeneizante surdo/ouvinte, o que implicou refletir sobre questões geracionais e de outros marcadores sociais de diferença que se apresentavam nas pesquisas de campo.

## No *pedaço e circuito* dos surdos

Com o andamento da investigação sobre a surdez no NAU, a clivagem público e privado também se apresentou como uma questão. De acordo com a bibliografia sobre o tema, 95% dos surdos nascem em famílias ouvintes, ou seja, um meio que geralmente desconhece as questões e as necessidades de uma criança surda. Esta, ao nascer em uma família ouvinte, está exposta no âmbito doméstico à comunicação oral-auditiva, contudo a ausência de audição impede a ela a internalização espontânea da língua oral. A libras se coloca, nesse aspecto, como uma língua que pode ser aprendida espontaneamente

(sem instrução) com pares sinalizantes, no tempo esperado do desenvolvimento infantil. Contudo, geralmente ela não está presente no âmbito doméstico. Se a criança surda for para uma escola especializada, ela pode aprender sua primeira língua naturalmente, em meio a colegas surdos. E a segunda língua, sendo oral, demanda instruções e terapias específicas para a sua internalização.

Assim, torna-se sempre necessária uma abertura da família para lidar com as questões linguísticas urgentes que estão postas pela surdez na infância. Quais são, nesse caso, os espaços que se abrem entre a casa (o ambiente familiar) e a rua (o espaço para além da família, no caso de uma parentalidade ouvinte)?

A partir de pesquisas de campo nos territórios de sociabilidade entre surdos, como exemplo, praças de alimentação de shopping e bares, e a partir de leitura de histórias de vida (Leite, 2004; Vergamini, 2003), logo identificamos que existe uma tensão que está posta entre sujeitos surdos e suas famílias ouvintes no âmbito doméstico, por conta da questão linguística. A família e a casa de origem geralmente não representam um local de conforto linguístico. É comum que os familiares não utilizem sinais, não facilitem a leitura labial, sempre adiem a prometida explicação sobre o que estavam falando e rindo à mesa de refeição. Nesse sentido, eventos festivos com a família estendida podem vir a implicar um isolamento ainda maior. Inversamente, quando surdos estão com seus pares – em ambientes privados ou em seus *pedaços* no espaço público – ficam conversando ilimitadamente por meios gestuais-visuais, varando madrugadas, compensando a escassez comunicativa que caracteriza o ambiente doméstico familiar.

De modo que o local de aquisição linguística primária de sinais, o seu exercício em interações sociais, o seu livre trânsito e sua solidificação e sistematização enquanto língua geralmente se dão fora de casa, em um âmbito não doméstico. Foi então que Magnani se interrogou: que espaço público seria esse do exercício da surdez como marca de distinção, e não como falta, como ele estaria estruturado? Para tanto o público não foi considerado de maneira genérica, mas a análise de Magnani contou com a sua família de categorias (*pedaço, mancha, pórtico, trajeto, circuito*) já aplicadas em outros contextos empíricos e agora testadas para ler o *mundo surdo*. Sua aposta foi que:

elas conseguem descrever melhor e com mais nuances a dinâmica da sociabilidade e as alternativas de encontro, troca, afirmação identitária e mesmo situações de conflito propiciadas pelas formas de interação social que ocorrem no âmbito da cidade, principalmente em sua escala metropolitana. (idem, p. 217).

Os espaços de lazer marcaram o começo de nossas pesquisas, em duas frentes: as tradicionais festas juninas nas escolas especializadas no ensino de surdos e em alguns pontos de encontro de surdos na cidade de São Paulo (praças de alimentação de shopping). Para além do presente etnográfico, ambos os territórios demonstraram ter uma grande relevância histórica na constituição da libras.

O que certamente nos chamou a atenção nas festas juninas das escolas especializadas foi o seu grande potencial associativo e a heterogeneidade dos sujeitos presentes: diferentes gerações de alunos surdos, sujeitos com diversas habilidades linguísticas entre o português, a libras e outras gestualidades – como exemplo, a libras tátil usada por surdos cegos –, funcionários e professores (ativos e aposentados),

familiares, religiosos de diferentes correntes (mesmo em escolas católicas), intérpretes, pesquisadores, profissionais especialistas em surdez e até surdos advindos de outros países.

Fato marcante é que as festas juninas foram a porta de entrada para entendermos a importância das escolas especializadas no ensino de surdos. Além de serem esses locais chave da associação primária de crianças surdas, elas também são um território para o qual se retorna em fases posteriores da vida. Não somente em festas, mas também para práticas de esportes, mostras de cinema, cursos profissionalizantes, palestras, reunião do movimento social, para obter oportunidades de trabalho e assistência social. Favorecendo um encontro geracional entre ex-alunos que viveram momentos anteriores a uma maior difusão da libras e aqueles que são de períodos subsequentes à oficialização da libras, quando passaram a ser implementadas políticas pedagógicas bilíngues. Na medida em que se desenhou essa política de educação, as escolas passaram a empregar também professores surdos, muitos deles seus ex-alunos. Nas últimas décadas, a possibilidade de fechamento das escolas especializadas no ensino de surdos, com a política da inclusão, levou a uma grande reação do movimento social surdo, que se organizou em defesa das escolas bilíngues, vistas como berço da cultura surda e língua de sinais (Assênsio, 2015; Assis Silva: Assênsio 2011).

No Brasil, a primeira escola especializada no ensino de surdos foi o Instituto Nacional de Educação de Surdos, fundado em 1857 e ativo até hoje, no Rio de Janeiro. Nele estudaram surdos que aprenderam formas sinalizadas de comunicação e as disseminaram para outras cidades do país. Posteriormente essa rede expandiu-se por meio de escolas católicas – que foram fundadas por congregações em diversas capitais – seguidas de outras, da rede privada, além das públicas municipais.

Assim, as escolas especializadas são os territórios mais básicos do que passamos a entender como formando um circuito da surdez. Nos termos de Magnani: “o circuito é mais uma rede de trocas, não contígua na paisagem urbana mas ancorada em equipamentos das mais diferentes naturezas” (idem, p. 241). As escolas de surdos compõem parte significativa dos espaços em que uma certa maneira corporal de ser surdo calcada na comunicação gestual-visual, feita aos pares e aos grupos, pôde ser gestada.

À revelia da intenção original oralista dessas escolas, nessa rede de sociabilidade os sinais puderam emergir e se solidificarem. Delas provêm os *pedaços surdos* na cidade. A categoria criada por Magnani para entender as modulações do espaço público bem se aplica nesse caso. Nos termos do autor, o pedaço:

se apresenta como espaço intermediário entre “casa” e “rua”: enquanto a primeira representa o domínio do privado, o espaço das relações de sangue, dos contatos íntimos e da segurança, “rua”, ao contrário, é o âmbito do público, das oportunidades, dos estranhos e também do perigo. Pelo fato de intermediar os dois domínios, o pedaço apresenta características de ambos, combinando-as, porém, na forma de novas regras: da casa, reproduz o ambiente de segurança e, da rua, a possibilidade de contato com pessoas que não estão vinculadas pelo laço de parentesco” (Magnani, 2012, p. 216-217).

Para entrar nos *pedaços surdos*, identificamos que mais do que se conhecer, é necessário que os atores sociais se reconheçam, por portarem signos e códigos de pertencimento. Nesse caso, o fundamental é fazer uso de meios gestuais-visuais para se comunicar, o que, com o passar dos anos se

tornou algo mais rotineiro para os pesquisadores do NAU, à medida que nos engajamos em estudar a libras.

Assim, historicamente foram a partir das conexões estabelecidas nas escolas especializadas no ensino de surdos que os *pedaços surdos* foram se solidificando, havendo uma longa tradição, em diversas cidades, no estabelecimento de pontos de encontro nos quais surdos ocuparam em determinados dias e horários exclusivamente para bater papo em sinais. De acordo com Campello (2011), Rangel (2004), Frazão (2017) e Quadros (2019): as imediações do INES no bairro das Laranjeiras no Rio de Janeiro; as proximidades da praça da Sé em São Paulo (antes da fundação da Associação de Surdos de São Paulo -ASSP); a rua da Praia (atual rua dos Andradas) em Porto Alegre; a rua XV de Novembro em Curitiba; a praça Sete de Setembro em Belo Horizonte; a praça João Pessoa na capital da Paraíba, o mercado público em Florianópolis. Em diversas cidades praças, praias e rodoviárias foram apropriadas com essa intenção.

Ao longo dos anos em que nos engajamos nas pesquisas com surdos, outros espaços se fizeram notar, sugerindo que mais recentemente, jovens parecem preferir as praças de alimentação dos shoppings como local de bate-papo, a exemplo do que pôde ser notado em Porto Alegre (Quadros, 2012) e em São Paulo, nos Shoppings Tatuapé, Santa Cruz e ABC Plaza (como identificamos em nossa etnografia).

Essas redes de trocas e sociabilidade se traduziram em outro tipo de instituição muito importante e presente nesse circuito: as associações de surdos. Elas remontam uma longa tradição iniciada, na França, quando foi fundada a *Sociedade Central dos Surdos-Mudos* em 1838. Por influência desta, argentinos fundaram a *Associação de Surdos-mudos de Ajuda Mútua Argentina*, em 1912. Seguindo o mesmo modelo, brasileiros fundaram a Associação de Surdos-Mudos de São Paulo, em 1954. Ainda nos anos 1950, foram fundadas outras associações nas capitais da região Sul e Sudeste. Em décadas posteriores, essas associações se multiplicaram pelas grandes e médias cidades do resto do Brasil, atingindo o número de mais de uma centena.

As associações de surdos são um local para bater papo, ver televisão, praticar jogos de azar. Geralmente possuem um brasão, cores, bandeira e bastante foco no desporto. Elas competem entre si, em diversas modalidades, com destaque para o futebol. Em muitas cidades acabam por ocupar a função política de representante da comunidade surda. De modo que seus líderes circulam por câmaras de vereadores e deputados e gabinetes de políticos em geral com intenção de fazer reivindicações e garantir direitos relacionados à língua de sinais e à condição da surdez. Essas instituições são filiadas a duas importantes instâncias superiores: à Confederação Brasileira de Desporto dos Surdos (CBDS), órgão máximo de representação do esporte de surdos (filiada à *International Committee of Sports for the Deaf -ICSD*); e à Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), fundada em 1987, tendo sido esta chave na representação política dos surdos diante do Estado e sociedade civil, desde então.

Compondo também o circuito da surdez, essa rede de trocas e sociabilidade, outro conjunto de instituições teve bastante relevo nas investigações do doutorado de César Assis Silva (2012): as igrejas cristãs (católica, protestantes e Testemunhas de Jeová). Quando começamos essa pesquisa, em 2002, os únicos programas televisivos que possuíam intérprete de língua de sinais eram de missas católicas e de cultos neopentecostais, diferentemente de uma recente popularização da presença desses profissionais nas mídias televisivas e redes sociais, algo que tem se mostrado cada vez mais marcante na última década.

Identificamos, desde que nos voltamos à pesquisa com agentes religiosos, que diversos intérpretes e pesquisadores da surdez em universidades possuíam trajetória protestante, tendo se aproximado da surdez por conta de ministério com surdos das igrejas que frequentavam. Assim, procuramos compreender o papel dessas instituições no processo de constituição da noção de “cultura surda” e “povo surdo”, inclusive de uma perspectiva histórica.

Em linhas gerais, Assis Silva (2012) concluiu que as igrejas tiveram um papel fundamental em vários aspectos: na associação primária de surdos pela fundação de escolas por congregações católicas; na confecção de dicionários de língua de sinais; na consolidação da fala pública em libras; na formação pioneira de intérpretes, lideranças surdas e de agentes que mediarão a formulação da surdez como particularidade linguística e cultural em diferentes contextos (acadêmico, movimento social, instâncias do Estado mercado), processo este que levou ao reconhecimento jurídico da libras em 2002.

## Heterogeneidade das experiências na surdez

Sem necessariamente assumir a libras como destino naturalizado das pessoas surdas, passamos a nos interessar, como questão de pesquisa, pelos modos através dos quais foi possível esse “tornar-se surdo” nos termos em que estavam nos sendo apresentado, expressando a particularidade linguística e cultural que se fazia presente nos discursos. Nessa etapa de pesquisa, estive em jogo menos as primeiras impressões e mais um senso sobre a necessidade de uma prática contínua da pesquisa de campo. Que territórios favoreciam aquela perspectiva em que a libras se colocava como central na vida de pessoas surdas? Como seria possível a partilha de um modo contra hegemônico de se comunicar, dado um mundo majoritariamente tomado pela comunicação oral-auditiva?

Quando já havíamos identificado um “núcleo politicamente consistente”, dentro do universo de pesquisa, em nossos recortes se notabilizavam surdos tidos como referências para seus pares sinalizantes e que, assim, ocupavam posições de liderança na comunidade surda, bem como atuavam em um movimento que se fortalecia na reivindicação de políticas educacionais centradas na libras, tal como descrito na dissertação de mestrado de Cibele Assênsio (2015). À medida que avançamos em nossas trajetórias de pesquisa, pudemos também acompanhar as mudanças que aconteceram no campo da surdez e da libras, com a elaboração de políticas específicas que contribuíram para a publicização dessa língua.

Anos depois da normatização jurídica da libras (2002) e da sua regulamentação (Decreto Federal 5626/2005), com o desenho de políticas linguísticas em vários âmbitos e com destaque às políticas educacionais, incluindo o ensino obrigatório de libras para cursos de licenciatura, ao longo da década de 2010 foi fortalecida a centralidade de surdos sinalizantes na reivindicação de escolas bilíngues para surdos e políticas bilíngues de alcance nacional. A aprovação do Plano Nacional de Educação em 2017, por sua vez, normatizou a oferta de educação bilíngue em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, em acordo com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Os interlocutores aos quais tivemos mais acesso nas primeiras interações de pesquisa eram muitas vezes aqueles que, ao ocuparem uma posição de liderança, traduziam exemplarmente um ideal normativo-linguístico do que pretendia ser a surdez na relação com a libras. Eram profissionais envolvidos no tema e/ou transmitiam, através de seus corpos, um certo modelo acerca do que significa

ser surdo. Algo que, por sua vez, nos faz pensar sobre o fato de inevitavelmente as interações de pesquisa estarem condicionadas pelo próprio lugar que ocupávamos no campo, pois na condição de iniciantes na libras, também nos aproximávamos de sujeitos tidos como referências exemplares da comunidade surda. Na posição de líderes, eles são geralmente notados como modelos normativos na gestualidade e visualidade esperada dos surdos. Ademais, é comum que surdos que se colocam como mediadores da comunidade surda, de maneira a ocupar posições de liderança, tenham estudado em escolas especializadas para surdos e/ou retornem a ela como professores ou ao menos palestrantes.

Assim, podemos afirmar que através das pesquisas realizadas no NAU nos aproximamos do universo da surdez de modo a elaborar novas questões e perspectivas acerca das possibilidades corporais e de comunicação que envolvem a existência de pessoas surdas. De acordo com o que nos foi apresentado pelos nossos interlocutores, entramos de fato no *mundo surdo*, e foi superada aquela fase inicial de desconhecimento. Nela foi compreendida certa visão canônica ou normativa dessa nova surdez, afirmada como particularidade linguística e cultural. Entendemos a narrativa histórica oficial, conhecemos as instituições e agentes fundamentais, a hierarquia entre eles, o uso legítimo de certas categorias, além de termos experienciado a relação com pares sinalizantes e com a gestualidade e visualidade que nos foi demandada. Naquele momento, como é comum, ocorreu uma fase temporária de certa conversão e colagem em um discurso militante. Contudo, o avanço da pesquisa fez com que outros elementos heterogêneos complexificassem mais o nosso entendimento, para além de certa visão canônica:

Só quando se coloca essa primeira descoberta num quadro mais amplo é que se supera este olhar “muito de dentro”. Passa-se a incluir elementos que antes não eram considerados e, desta forma, consegue-se ir além não do “olhar nativo” em geral, mas do olhar de alguns nativos em especial (2012, p. 242).

Magnani diante desse quadro aparentemente normativo e homogêneo, dos surdos usuários de libras dotados de cultura particular, aponta a heterogeneidade insistente que irrompe no plano das interações no circuito. Ela já estava presente desde os primeiros anos de pesquisa, por exemplo, com o uso estratégico da categoria “deficiente auditivo”, ora negada, mas ora afirmada para garantia de direitos e ocupação de espaços de poder; a presença da oralidade e implante coclear mesmo entre surdos sinalizados; a reivindicação da categoria “surdos” por surdos usuários da língua portuguesa, nos lembrando a diversidade das possibilidades comunicativas mesmo na surdez. Nos últimos anos, por sua vez, a atenção ao contraponto da heterogeneidade em relação a uma homogeneidade surda normativa torna-se ainda mais relevante, quando as escolas bilíngues para surdos, esses importantes *pedaços*, contam com a presença de estudantes com múltipla deficiência (surdez associada a outras deficiências) na escola bilíngue.

De nossa perspectiva identificamos que duas grandes questões estão postas atualmente na antropologia que se debruça sobre a surdez e deficiência, como desdobramentos de nossas pesquisas no NAU.

A primeira questão: é necessário ainda compreender como a deficiência em geral é atravessada por múltiplos marcadores da diferença (sexualidade, gênero, raça, classe, etnia) e como isso repercute

nas subjetividades e trajetórias sociológicas dos sujeitos. Nesse sentido, como Cibele Assênsio tem desenvolvido, essa perspectiva tem significado pesquisar *com o corpo*, ou seja, refletir sob uma perspectiva de objetividade corporificada, inseparavelmente de questões metodológicas, bastante pertinentes às etnografias realizadas pelo NAU, em que, aqui, se implicam as realidades das pessoas com ou sem deficiência e de corpos plurais de modo geral.

A segunda questão: a compreensão da consolidação da libras como uma língua nacional brasileira demanda uma reflexão no âmbito da antropologia linguística. Nesse sentido, César Assis Silva tem atualmente se dedicado em compreender o processo de constituição de variantes mais ou menos legítimas da libras nesse processo e suas implicações sociológicas.

## Referências

- ASSÊNSIO, Cibele Barbalho. **Comunidade surda: notas sobre categorias, lideranças e tensões**. São Paulo, 2015. Dissertação de Mestrado. USP.
- ASSIS SILVA, César Augusto de. **Cultura surda: agentes religiosos e a construção de uma identidade**. São Paulo: Terceiro Nome. 2012. 248p.
- ASSIS SILVA, César Augusto; ASSÊNSIO, Cibele Barbalho. “Setembro Azul: mobilização política nacional a favor das escolas bilíngues para *surdos*”. **Ponto Urbe (USP)**, v. 9, p. 1-13, 2011.
- BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 25 abr. 2000.
- BRASIL. Decreto n. o 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 23 dez. 2005.
- BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília: Corde, 2007.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014.
- BRITO, Fábio Bezerra de. **Movimento social surdo e luta pelo reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais**. Curitiba: CRV, 2021.
- CAMPELLO, Ana Regina e Souza. A constituição histórica da língua de sinais brasileira: século XVIII a XXI. **Revista Mundo & Letras**. José Bonifácio-SP. Vol. 2, Julho/2011, p. 8-25.
- FRAZÃO, Natália Francisca. **Associação de surdos de São Paulo: identidade coletiva e lutas sociais na cidade de São Paulo**. Ribeirão Preto, 2017. Dissertação de mestrado. USP.
- LEITE, Tarcísio de A. **O ensino de segunda língua com foco no professor: história oral de professores surdos de língua de sinais brasileira**. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado), USP. 2004.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana**. São Paulo: Terceiro Nome. 2012.
- QUADROS, Marta Campos de. Depois da escola, o encontro é no shopping: sociabilidade, conectividade e jovens surdos em Porto Alegre (RS). **Revista Tomo**. Nº 21, 2012. P. 295-336
- QUADROS, Ronice. **Libras**. São Paulo: Parábolas. 2019.
- RANGEL, Gisele Maciel Monteiro. **História do povo surdo em Porto Alegre: imagens e sinais de uma trajetória cultural**. Porto Alegre, 2004. Dissertação de mestrado. UFRGS.
- ROCHA, Solange. **O INES e a Educação de Surdos no Brasil**. Rio de Janeiro: INES. 2007.
- SOFIATO Cássia Geciauskas; REILY, Lucia Helena. “Companheiros de infortúnio”: a educação de “surdos-mudos” e o repetidor Flausino da Gama. Pontifícia Universidade Católica de Campinas Universidade Estadual de Campinas. **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 48. 2011.

STOKOE, William. **Sign Language Structure**. Reedição. Silver Spring: Linstok Press, 1960.

VERGAMINI, S. A. A. (Org.) **Mãos fazendo história**. Editora Arara Azul, 2004.